

MOÇÃO

MOÇÃO DE REPÚDIO a o desembargador do Tribunal de Justiça do Pará que afirmou que autismo é mina de dinheiro para médicos. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

O desembargador do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Amílcar Robert Bezerra Guimarães, causou polêmica ao fazer declarações preconceituosas e sem embasamento científico sobre crianças autistas e suas famílias durante uma sessão sobre pensão alimentícia. Ele afirmou que o autismo "é uma mina de dinheiro" para médicos e clínicas, sugerindo que há quem se beneficie financeiramente do diagnóstico. As falas foram criticadas por especialistas e defensores dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que consideraram as colocações preconceituosas e desinformadas.

Durante a sessão, o desembargador também questionou o valor da pensão alimentícia fixada para uma criança com TEA, insinuando que os custos com tratamento são superestimados. Ele chegou a dizer que a criança autista era um "transtorno para o pai", o que gerou indignação nas redes sociais e entre entidades que atuam na inclusão de pessoas com deficiência. As declarações foram interpretadas como uma desvalorização das necessidades específicas das crianças autistas.

Além disso, o magistrado minimizou a importância de terapias multidisciplinares, como fonoaudiologia e psicoterapia, afirmando que "não adianta jogar dinheiro" no tratamento. Essa visão contraria as recomendações médicas e pedagógicas, que destacam a importância de intervenções precoces e contínuas para o desenvolvimento de crianças no espectro autista. Especialistas ressaltaram que o acesso a esses tratamentos é essencial para melhorar a qualidade de vida e a autonomia dessas pessoas.

Ele disse que "hoje há uma epidemia de diagnósticos de autismo porque virou uma mina de enriquecimento para um determinado grupo de médicos, clínicas e etc. A mãe deve avaliar isso, questionar o diagnóstico. A pessoa passa a ser vítima desses médicos. Não há melhora e eles nunca vão dizer que está curado. Vão manter essa vaca leiteira por um bocado de tempo." Suas colocações são claramente anti-científicas, pois o TEA não é uma doença (portanto, não tem cura), e também ofensivas, especialmente pelo uso da expressão "vaca leiteira", animalizando e desumanizando as crianças que estão no Espectro.

As declarações do desembargador também foram vistas como um ataque às mães de crianças autistas, acusando-as de usarem o diagnóstico para obter vantagens financeiras.



Ele chegou a dizer que “talvez se a moça tivesse se casado com Antônio Ermírio de Moraes, não teria tido esse tipo de problema”. Essa é uma postura misógina e desrespeitosa, já que muitas mães enfrentam dificuldades diárias para garantir os direitos e o bem-estar de seus filhos. Organizações ligadas ao autismo destacaram que os custos com terapias, medicamentos e adaptações são altos e muitas vezes não são totalmente cobertos pelo poder público.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades cobraram uma retratação pública, enquanto ativistas pediram medidas para combater o capacitismo e a desinformação no Judiciário. O caso reacendeu o debate sobre a necessidade de maior sensibilização de profissionais do Direito em relação às particularidades do autismo e aos direitos das pessoas com deficiência.

Desta forma, REQUEIRO que seja incluída nos anais da casa **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao desembargador Tribunal de Justiça do Pará que afirmou que autismo é mina de dinheiro para médicos.

1) TJPA - Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 9 de junho de 2025.

Ver. Ricardo Alvarez
VEREADOR

